



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Educação

SERVIÇO SOCIAL E ESCOLA, POR QUE ESSA RELAÇÃO DEVE EXISTIR? A PARTIR DA PERSPECTIVA DO MUNICÍPIO DE ITARARÉ-SP

Kelin Tamara Souza Vizgarra¹
Enzo Ricardo Souza Vizgarra²
Bruna Letícia de Almeida³

Resumo: Pretende-se com a apreensão dos resultados da pesquisa realizada no aparato contextual das 24 escolas públicas municipais da cidade de Itararé-SP, promover uma reflexão teórica baseada na revisão bibliográfica e na interpretação dos dados obtidos no processo de aplicação dos questionários *in loco*. A pesquisa atingiu um marco de 294 participantes “voluntários” envolvidos na resolutividade das questões propostas. Os objetivos do estudo consistem em: içar dados efetivos e viventes dos profissionais da educação (professores, diretores e coordenadores pedagógicos) acerca das dificuldades presentes no contexto escolar atual; ponderar sobre o conhecimento e entendimento dos participantes em relação à existência e funcionamento de serviços, programas e projetos que versam sobre a garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes no município; incitar a discussão sobre a importância de aproximar dos espaços escolares o profissional de Serviço Social. Neste íterim, o estudo propõe trazer a senso as possibilidades de trabalho do assistente social no âmbito escolar, fazendo uma importante ressalva às suas competências profissionais para ação conjunta com a rede socioassistencial, alunos, familiares e equipe docente na busca por garantia de direitos, fortalecimento da cidadania e estreitamento das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Serviço Social. Escola. Educação.

Abstract: It is intended with capture the results of the research performed out in the contextual apparatus of the 24 municipal public schools of the city of Itararé-SP, to promote a theoretical reflection based on the bibliographic review and the interpretation of the data obtained in the application process of the *in loco* questionnaires. The research reached a milestone of 294 "volunteer" participants involved in the resolution of the proposed issues. The objectives of the study are: to gather effective and living data of education professionals (teachers, principals and pedagogical coordinators) about the difficulties present in the current school context; consider the participant's knowledge and understanding regarding the existence and functioning of services, programs and projects that deal with guaranteeing and defending the rights of children and adolescents in the municipality; to incite the discussion about the importance of bringing the social service professional closer to the school spaces. In the meantime, the study proposes to bring a sense of the social worker's work possibilities in the school environment, highlighting his professional competences for joint action with the social assistance network, students, family and teaching staff in the search for guarantee of rights, citizenship and narrowing of social inequalities.

Keywords: Social Service. School. Education.

INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido mediante pesquisa de campo e revisão bibliográfica propõe, a partir da perspectiva do público-alvo da pesquisa e reflexão teórica, apresentar os segmentos profissionais do assistente social em torno do ambiente escolar para articulação

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Pitágoras, E-mail: kelin.vizgarra@hotmail.com.

² Estudante de Graduação, Faculdades Integradas de Itararé, E-mail: kelin.vizgarra@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação, Centro Universitário Internacional, E-mail: kelin.vizgarra@hotmail.com.

conjunta com alunos, pais, equipe docente e rede socioassistencial frente às expressões da questão social apresentadas no contexto escolar como fator desafiador tanto para as escolas quanto para a sociedade de modo geral.

Partindo dessa premissa, a pesquisa intui ressaltar a necessidade da relação ativa do Serviço Social para com o universo escolar, considerando os pontos positivos desse agregamento profissional para a defesa intransigente dos direitos humanos, fortalecimento da cidadania, ampliação dos direitos sociais e estreitamento da desigualdade social.

A metodologia utilizada no estudo pautou-se na revisão bibliográfica, legislações vigentes e aplicações *in loco* de questionários individuais direcionados ao público-alvo da pesquisa (diretores, coordenadores pedagógicos e professores) na perspectiva atual das 24 escolas públicas municipais da cidade de Itararé-SP.

Por conseguinte, com a explanação da proposta apresentada, a pesquisa intui ampliar o conhecimento do assunto e contribuir para fins de novos estudos.

OS REFLEXOS DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR.

A questão social não é um fenômeno inédito na nossa sociedade, mas ao longo da história ela reassume novas reproduções e expressividades, contribuindo de forma direta para o aumento da desigualdade e acumulação dos efeitos produzidos. Ou seja, pode-se considerar que grande parcela da população em algum período da vida irá se deparar com a questão social, expressada por meio do desemprego, exploração do trabalho, problemas ambientais, saúde, moradia, segurança, pobreza, exclusão social, entre outras.

IAMAMOTO (1997, p. 14) define as expressões da questão social como objeto recorrente do trabalho do assistente social, na seguinte perspectiva:

“Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade”.

No contexto das relações sociais, a escola, depois da família, é um dos primeiros ambientes de sociabilidade ao qual somos apresentados e inseridos; é o espaço mais comum de socialização que vivenciamos além do lar; é a extensão da educação recebida em casa para ensino-aprendizagem de novos conhecimentos. Segundo Montandon e Perrenoud (1987: 7 *apud* FARIA FILHO, 2000, p.44), "a escola de uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, faz parte da vida cotidiana de cada família". Assim sendo, é preciso que a escola esteja muito bem posta para desempenhar uma educação que também ofereça respostas às demandas que estão envolvidas em

conflitos sociais, considerando que a escola está para a família assim como a família está para a escola, num compromisso concomitante de educar, o que automaticamente inviabiliza a mínima possibilidade de separar a vida escolar da vida pessoal do aluno.

Paulo Freire (2005) diz que é necessário considerar a realidade social que está pautada na trama das relações e das correlações de forças que integram a totalidade social, procurando perceber as particularidades na sua totalidade, pois nenhum fato ou fenômeno se justifica por si mesmo, isolado do contexto social em que é gerado e se desenvolve.

Quando Vygotsky (1991) aponta que os problemas da educação se resolverão quando se resolverem as questões da vida, ele claramente coloca a entendoimento que os conflitos internos bem como as questões sociais que envolvem os indivíduos precisam estar claramente resolvidos para que não haja comprometimento no processo de ensino-aprendizagem, sendo escola e família instituições indissociáveis no processo educativo, conforme estabelece a Constituição Federal na tangente dos direitos sociais:

Art. 205 - A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Nesse cenário, compreende-se que cabe tanto à família quanto à escola a tarefa de conduzir o educando às suas primeiras noções de direitos e deveres, sendo fundamental que pais, professores e alunos compreendam a escola como um espaço de construção e formação da cidadania, incumbindo à escola construir um Projeto Político-Pedagógico que vá ao encontro da realidade local onde a unidade escolar esteja inserida, a fim de atingir o aluno de forma integral, necessitando algumas vezes também intervir no contexto familiar, a fim de otimizar tanto o aspecto socioeducativo quanto o aspecto do ensino-aprendizagem em um viés de coparticipação mútua entre ambos.

À vista disso, é extremamente importante à escola dialogar com os conflitos apresentados no intuito de entender as causas que estão comprometendo o processo de aprendizagem e o que está levando muitas vezes a certas mudanças bruscas de comportamentos dos educandos, resultando em problemas de disciplina, baixa-estima, isolamento, dificuldades de relacionamentos com colegas e professores, falta de interesse e motivação pelos estudos, baixa frequência, declínio na aprendizagem e evasão escolar, razões que demandam a escola conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de outras legislações que dispõem sobre a defesa e violação de direitos de crianças e adolescentes, posto que ora ou outra – ou frequentemente – as questões evidenciadas no contexto escolar acabam ultrapassando as questões de “caráter pedagógico”, carecendo neste meio-tempo de outros conhecimentos e abordagem profissionais para a resolutividade ou atenuação das causas apresentadas.

Para Martins, os objetivos da prática do Serviço Social no setor educacional são:

- Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola;
- Favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo;
- Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais;
- Proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (MARTINS, 1999, p.60).

Vale ressaltar a importância de promover o encontro da educação com a realidade social do aluno e o encontro da família com a realidade social da comunidade onde a escola esteja inserida, visando trabalhar também com ações de cunho educativo e não somente na perspectiva de resolutividade de problemas, entendendo a educação como política social de direito e processo de construção da cidadania. Martins dispõe sobre os objetivos pragmáticos do Serviço Social nesse contexto:

- Melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos;
- Favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe);
- Ampliar o acervo de informações e conhecimentos, a cerca do social na comunidade escolar;
- Estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade;
- Fortalecer as ações coletivas;
- Efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias;
- Maximizar a utilização dos recursos da comunidade;
- Contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional (MARTINS, 1999, p.70).

O assistente social se apresenta como ator importante para o cenário atual da educação, sendo interlocutor concomitante entre o ambiente escolar e o familiar, considerando sempre que família e escola devam juntas buscar atingir os mesmos objetivos, no propósito de preparar o educando para o mundo, para que ele possa vir a superar suas dificuldades e conflitos, a fim de exercer de forma plena sua cidadania.

O SERVIÇO SOCIAL COMO PONTE ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E A REDE SOCIOASSITENCIAL

Atualmente, os compromissos da escola não se limitam mais a exclusivamente transmitir conteúdos curriculares e científicos; tem-se hoje também a função imprescindível de preparar os indivíduos para uma boa vivência em sociedade, por meio da formação do conhecimento humano e exercício das boas práticas de cidadania, competindo à escola a responsabilidade de apresentar e inserir as novas gerações na cultura historicamente construída, sendo esta para o aluno uma via de mão dupla do ambiente familiar para o mundo.

Acredita-se, portanto, que uma das maiores contribuições que o Serviço Social

pode oferecer para a educação é a aproximação da família no contexto de escolarização, fator que possibilita uma intervenção mais assertiva e eficaz em relação aos fatores sociais, culturais e econômicos que envolvem os alunos, seus familiares e a comunidade local, facilitando nesse contexto o trabalho da equipe docente frente à realidade do educando.

Souza afirma que

“Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político – pedagógico pautados sob a lógica na igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade” (SOUZA, 2005, p. 39).

Desse modo, a concepção de inserção do assistente social na escola não deve ser pensada “unicamente” como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas sim como uma reflexão de natureza política para com a função social da profissão em torno das estratégias de luta para a conquista da cidadania.

O art. 4º da lei 8662/93, que versa sobre as competências privativas do assistente social, elenca:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.
- XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

É relevante destacar e reforçar que existem distinções em termos das funções específicas do profissional de Serviço Social que devem ser levadas em conta para evitar colisão e/ou justaposição de funções entre o assistente social e os outros profissionais que atuam nos espaços escolares. As atribuições que competem ao assistente social devem estar vinculadas à Coordenação Pedagógica, porém, nos perímetros do seu âmbito funcional, possibilitando-o também promover cursos de capacitações aos pais e professores acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como também acompanhar e encaminhar os casos relacionados à violação de direitos e situações de vulnerabilidades à rede de proteção socioassistencial e aos órgãos competentes como: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Serviços de Acolhimentos Institucionais, Varas da Infância e da Juventude, Conselho Tutelar, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Poder Judiciário, entre outros.

A rede socioassistencial constitui-se por um importante agrupamento de serviços, programas, projetos e benefícios que compõem o Sistema Único de Assistência Social

(SUAS) e que são prestados diretamente ao cidadão ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos. A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) preceitua que

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, o processo de garantia e defesa de direitos que a profissão objetiva se relaciona constantemente com a rede socioassistencial, propiciando uma intervenção mais efetiva para que o indivíduo e sua família superem as situações de vulnerabilidades vivenciadas no momento, a fim de evitar consequências mais agravantes.

PERSPECTIVAS DO MUNICÍPIO DE ITARARÉ-SP E RESULTADO DE PESQUISA

Itararé é um município brasileiro situado no estado de São Paulo, o qual faz divisa com o estado do Paraná. De acordo com o último senso do IBGE, a população estimada para o ano de 2018 é de 50.360 habitantes. O município é formado pela sede e pelos distritos de Pedra Branca de Itararé e Santa Cruz dos Lopes.

A pesquisa de campo teve início em 08/03/2019 e término em 22/05/2019. Foram contatadas todas as instituições de ensino público da rede municipal para apresentação da proposta da pesquisa. Das 25 escolas, apenas uma não se envolveu com as pretensões do estudo, conforme exibido no quadro de estatísticas gerais de participações, a seguir.

Quadro 1: Estatísticas gerais.

Nº	ESCOLAS	DIRETORES PARTICIPANTES	COORDENADORES PARTICIPANTES	PROFESSORES PARTICIPANTES	TOTAL DE PARTICIPANTES POR ESCOLA
01	E.M PROFA. ADELAIDE BARCO PERUSSO	01	01	10	12
02	E.M ADRIANO QUEIROZ PIMENTEL	01	01	10	12
03	E.M DR. CARLOS DE LIMA JUNIOR	01	01	08	10
04	E.M PROF. DILERMANDO MARQUES DE CAMARGO	01	01	08	10
05	E.M DULCE DE PAULA CARNEIRO	01	01	13	15
06	E.M DO CAMPO PROF MESSIAS SODRE	01	01	05	07
07	E.M DO CAMPO PROFA. ALICE FONSECA BRAGA	01	—	07	08
08	E.M DO CAMPO PROFA. ROSEMARI L. F. BIGLIA	01	01	06	08
09	E.M PREFEITO EUGENIO DIAS TATIT	01	01	12	14
10	E.M HERMINIO DOS SANTOS LAGES	—	—	—	—

11	E.M PROFA. IONE MARIA M. M. DOS SANTOS.	01	01	18	20
12	E.M IRENE A. TOMAS	01	01	08	10
13	E.M JOSELIA ROCHA DE MORAES FERREIRA	01	01	07	09
14	E.M PROF. JURACY MARTINS	01	01	09	11
15	E.M PRES. JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	01	01	18	20
16	E.M PROFA. MARIA AP. DOS SANTOS BRIGOLA.	—	01	12	13
17	E.M MARIA DA SILVEIRA VASCONCELOS	01	02	19	22
18	E.M PROFA. MARIA DE LOURDES S. PIMENTEL	01	01	13	15
19	E.M PROFA. MARIA JESUS KLOCKER CAMARGO	01	01	14	16
20	E.M PROFA. MARIA OLIVIA DE MELLO	01	02	10	13
21	E.M PROF. NEWTON MARQUES	01	01	08	10
22	E.M NOSSA SENHORA DE FATIMA	01	01	07	09
23	E.M PROFA. RITA CASSIA JULIANO	01	01	10	12
24	E.M SAO VICENTE DE PAULO	01	01	07	09
25	E.M VALERIA C. SIMOES	01	01	07	09
TOTAL DE ESCOLAS PARTICIPANTES DA PESQUISA		TOTAL DE DIRETORES PARTICIPANTES	TOTAL DE COORDENADORES PARTICIPANTES	TOTAL DE PROFESSORES PARTICIPANTES	TOTAL DE PARTICIPANTES ENVOLVIDOS NA PESQUISA
24		23	25	246	294

Fonte: Próprios autores.

O instrumento utilizado para os fins de coleta de dados foi o questionário individual, elaborado em dois formatos distintos, mas com algumas abordagens em comum, com um total de 10 questões, contendo alternativas binárias (sim ou não), objetivas, múltipla escolha, discursiva e de escala (zero a dez) para fins de classificação e pontuação. A aplicação da pesquisa ocorreu em dias de Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) das escolas.

Em decorrência da abundância de dados coletados, é importante resaltar que será exposta apenas uma parcela da pesquisa integral, na qual as questões (elencadas a seguir) tendem a ser mais pertinentes com as pretensões deste estudo em específico.

Após a primeira questão discursiva relacionada às maiores dificuldades encontradas em sala de aula com os alunos, foi perguntado aos professores se eles consideram as problemáticas sociais que envolvem seus alunos como fator de interferência no ensino-aprendizagem.

Em resposta à questão indicada, 94% dos professores participantes consideraram que SIM, 4 % consideraram que NÃO e 2% optaram por não responder à questão.

Em relação à grande relevância de “sins” atribuídos, percebe-se que a maior parte dos professores considera os conflitos e problemáticas sociais como fator de interferência no processo de ensino-aprendizagem do educando.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) afirma que

O baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar, dentre outros, têm sido citados como as grandes dificuldades de avanço destes alunos. As mais diferentes literaturas têm demonstrado que estes indicadores não se constituem em fatores exclusivamente relativos à escola, e sim fatores que estão aliados a outras formas de expressão dos problemas de âmbito social enfrentados pelo educando e sua família. (CFESS, 2001, p.11).

Nesta conjuntura, foi questionado aos participantes da pesquisa como cada um classifica a “importância” da rede socioassistencial para defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes no município e qual o nível do “conhecimento” atual que eles possuem acerca da rede socioassistencial:

Questão n° 6 do questionário da Gestão/ Questão n° 7 dos Professores:

Em escala de 0 a 10, como você classifica o grau de importância do trabalho em rede para a proteção, garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes?

*(Considerando “zero” para nenhuma importância).

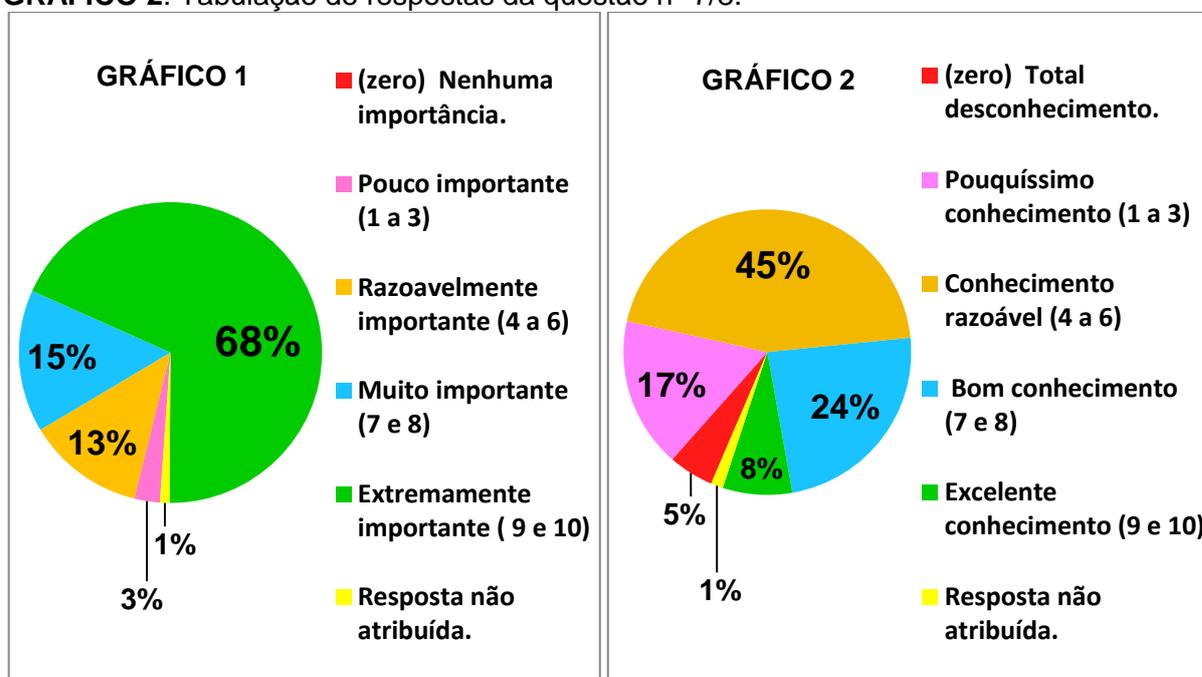
Questão n° 7 do questionário da Gestão/ Questão n° 8 dos Professores:

Em escala de 0 a 10, qual é seu nível de conhecimento sobre a rede socioassistencial do município?

*(Considerando “zero” para total desconhecimento).

GRÁFICO 1: Tabulação de respostas da questão n° 6/7.

GRÁFICO 2: Tabulação de respostas da questão n° 7/8.



Fonte: Próprios autores.

Sobre o “conhecimento” e “entendimento” acerca dos serviços, programas e projetos que visam à defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes no município,

foram perguntadas aos 294 participantes:

Questão n°4 do questionário da Gestão/ Questão n° 5 dos Professores:

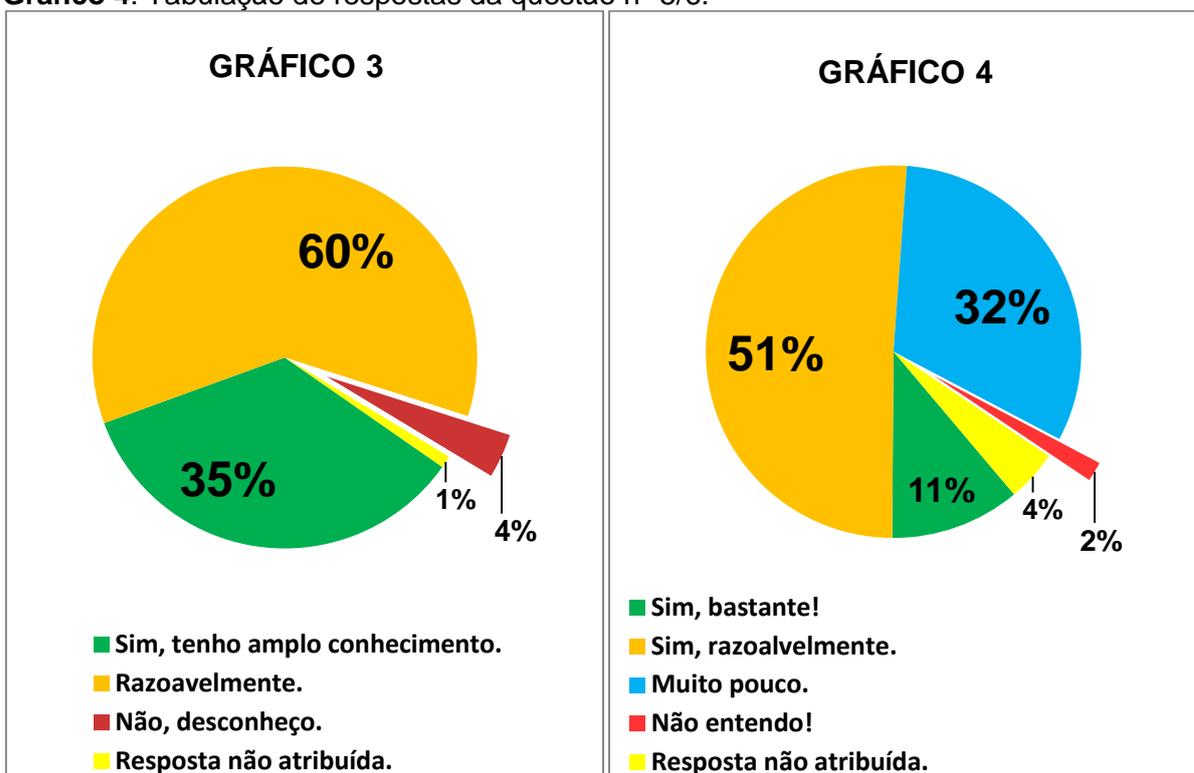
Você gestor escolar, e professor tem conhecimento da existência de serviços, programas ou projetos que visam garantir direitos de crianças e adolescentes no município de Itararé-SP?

Questão n°5 do questionário da Gestão/ Questão n° 6 dos Professores:

Você tem entendimento de como funcionam esses serviços, programas ou projetos? (Por exemplo: Os critérios de acesso, regras, público alvo, formas de encaminhamentos, etc.).

Gráfico 3: Tabulação de respostas da questão n° 4/5.

Gráfico 4: Tabulação de respostas da questão n° 5/6.



Fonte: Próprios autores.

Para finalizar, foi necessário abordar e questionar ao público alvo da pesquisa se eles tinham “conhecimento” de que o assistente social pode ser integrado à equipe multidisciplinar escolar e, posteriormente, se eles, de acordo com o contexto atual da escola, acreditavam ser necessária essa inserção profissional.

Questão n° 9 do questionário da Gestão e dos Professores:

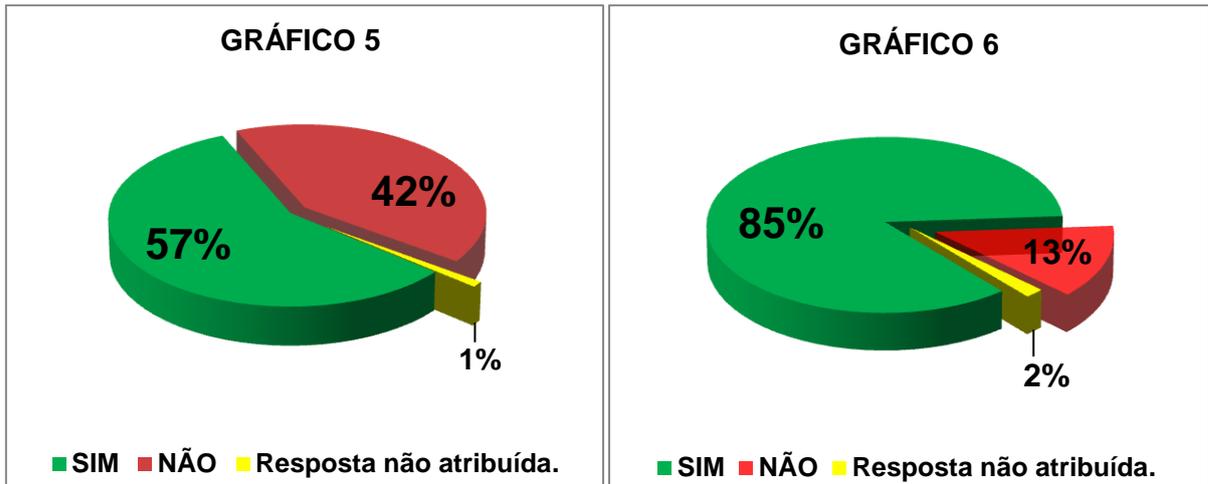
Você tem conhecimento de que o assistente social pode ser integrado à equipe escolar?

Questão n° 10 do questionário da Gestão e dos Professores:

Você acredita que no contexto atual de sua escola, é necessária a atuação de um assistente social? Por quê?

GRÁFICO 5: Tabulação de respostas da questão n° 9.

GRÁFICO 6: Tabulação de respostas da questão n° 10.



Fonte: Próprios autores.

Conforme os dados dispostos no Gráfico 6, tratando da “necessidade” da atuação do assistente social no contexto escolar, 85% dos participantes consideraram SIM para tal necessidade e 13% consideraram NÃO. A gestão ficou incumbida de discorrer sobre o “porquê” de haver essa necessidade, em correlação com a realidade atual de sua escola, conforme abaixo transcrito, em referência a algumas das respostas expressas:

RESPOSTA 1: Tenho absoluta certeza que um profissional como um assistente social irá contribuir muito no dia a dia da escola, pois muitas vezes precisamos dessa formação para nos auxiliar na escola.

RESPOSTA 2: A vivência com os alunos aponta várias situações em que seria necessário aprofundar os conhecimentos relativos à vivência familiar e comunitária. Isto vai além das possibilidades dos profissionais da escola. Neste sentido, um assistente social teria mais campo de ação e todos poderiam contribuir muito mais com as necessidades dos educandos.

RESPOSTA 3: Para um contato maior com as famílias e no contexto sócio econômico; vendo as necessidades das crianças; acompanhando as famílias vulneráveis e em risco.

RESPOSTA 4: Para facilitar o encaminhamento de crianças ou adolescentes que estão passando por situações de vulnerabilidade.

RESPOSTA 5: Porque a parceria com a família é fundamental para o bom desenvolvimento do aluno como cidadão e o assistente social auxilia nessa parceria também.

RESPOSTA 6: Para melhor orientar, pois temos muitos projetos que ainda são desconhecidos, principalmente pelos pais e alunos.

RESPOSTA 7: Possibilitaria uma mediação mais ampla entre escola e família e, assim, teríamos conhecimento real do histórico de cada aluno. Entendemos que o trabalho desenvolvido a partir da vivência da criança é mais eficaz.

RESPOSTA 8: Sim, pois o assistente social atua diretamente nas mais variadas expressões da questão social, consolidando o exercício da cidadania e a garantia de acesso a direitos.

RESPOSTA 9: Muitos casos que chegam até nós, poderiam ser verificados por um assistente social, pois a escola não faz visitas em domicílio para verificar as necessidades da nossa clientela. Temos casos de alunos que precisam de agilidade em encaminhamentos para exames, medicação contínua, há outros que usam fraldas devido a condição de deficiência e há alguns casos de conflitos familiares ainda mais difíceis para a escola se envolver. Seria necessário um profissional que esclarecesse e direcionasse as pessoas a fim de que encontrassem uma solução para esses problemas.

Neste enquadramento, é possível perceber a grande aceitação dos profissionais da

educação a respeito da possibilidade da inserção e atuação do assistente social no contexto escolar – o que ainda se apresenta como um desafio para a categoria, visto que as escolas são espaços importantíssimos de formação e construção social, sendo um campo ocupacional extremamente fértil para o Serviço Social, na perspectiva de construção de novas concepções de trabalho e efetivação de direitos, frente às expressividades da questão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No refletir de todas as questões apresentadas, fica evidente a grande necessidade de alçar novas pesquisas na área, do mesmo modo como difundir a temática nos contextos escolares, visto que muitos profissionais da educação ainda desconhecem as possibilidades de atuação do assistente social, bem como a informação de que ele pode ser integrado à equipe multidisciplinar escolar. Os dados expressos no gráfico 5 da pesquisa apontam para a necessidade de difusão de informação acerca dessa possibilidade, sendo a escola um campo multifacetado a ser explorado.

Diante do exposto, pode-se considerar que o Serviço Social nas escolas contribui de modo direto para prevenção e defesa de direitos, quando relacionadas às diversas formas de violações e situações de vulnerabilidade social, a casos de suspeitas de trabalho infanto-juvenil, situação de rua ou de abandono familiar, violência doméstica, abuso/exploração ou violência sexual, uso de drogas, negligências, entre outros. Colabora ainda com práticas que viabilizem o acesso à educação na sua integridade e, ademais, com ações interventivas e preventivas de inclusão social, construção da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais, estimulando os indivíduos para que estes se tornem conscientes de sua própria história.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Casa Civil. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Acesso em: 15/05/2019.

BRASIL. **Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm>. Acesso em: 10/03/2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005.

CFESS. Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. **Serviço Social na Educação**. Brasília, 2001. Disponível em:

<[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)>. Acesso em: 10/03/2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação**. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2, p. 44-50, 2000.

Freire P. **Pedagogia do Oprimido**. 48ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/itarare/panorama>>. Acesso em: 28/04/2019.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação**.

In: Revista Serviço Social & Realidade. V 8 N° 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

SOUZA, Iris de lima. **Serviço Social e Educação: uma questão em debate**. In: Revista Interface, natal, V.2 N.1; 2005.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.